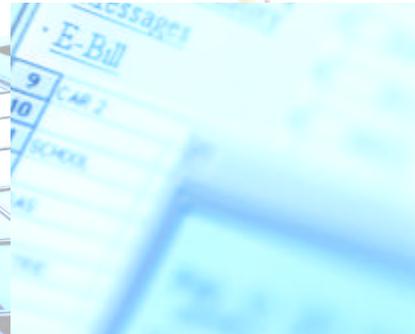
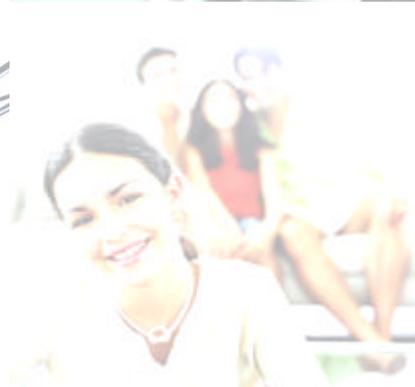
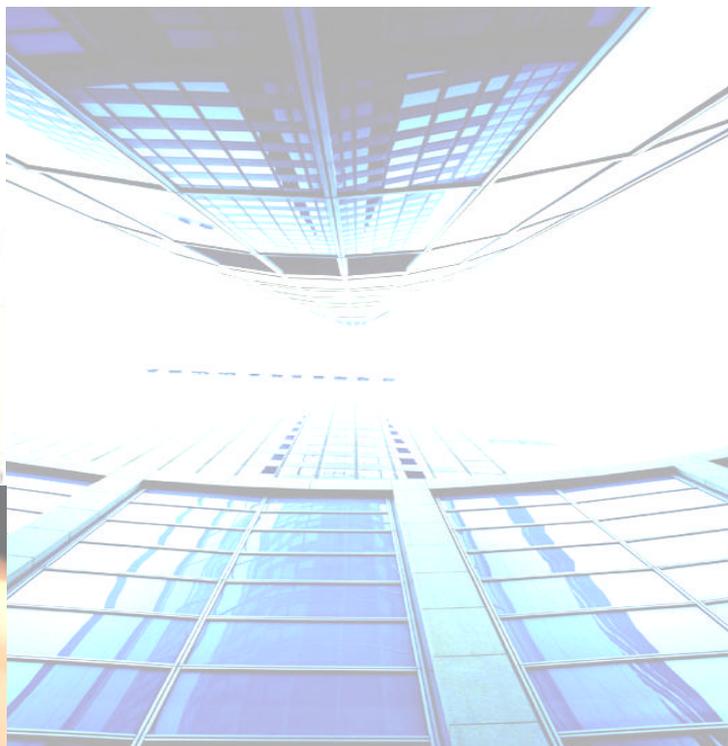
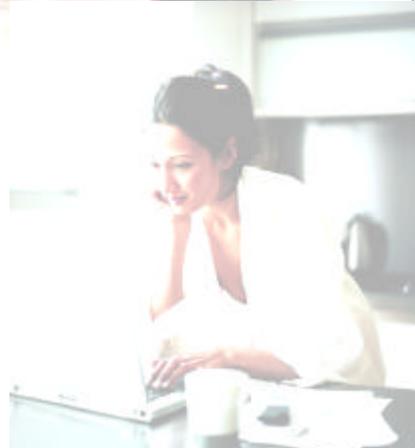




Dossier
Democracia Electrónica
Cidadania e Governo
na Sociedade da Informação
 2004/2006



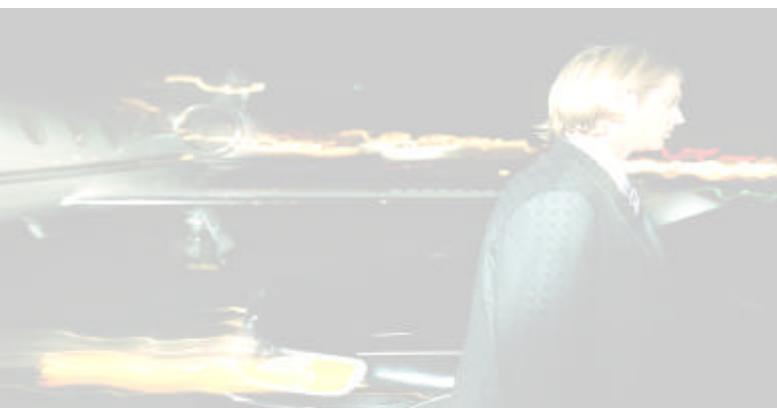
**OBSERVATÓRIO
 DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
 E DO CONHECIMENTO**



UMIC

Unidade de
 Missão Inovação
 e Conhecimento

Presidência do Conselho de Ministros



UNIÃO EUROPEIA
 FEDER

Índice

Enquadramento	2
Objectivos	7
Problemáticas de investigação	9
Metodologia	12
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	13
INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO	17
Referências bibliográficas	20

Enquadramento

Quase em simultâneo com a emergência da *World Wide Web* na década de 90, assistiu-se ao reconhecimento, no campo político, dos benefícios da utilização das TIC nas diversas esferas sociais. Começaram, então, a desenhar-se iniciativas políticas sectoriais com o objectivo de promover o acesso e a utilização das TIC nas administrações públicas, no sector empresarial, nas escolas ou nos hospitais. Em passos acelerados, o desenvolvimento da Sociedade da Informação foi-se tornando numa *policy area* considerável, cujo reconhecimento foi sendo consolidado no seio das estruturas governamentais em diversos países.

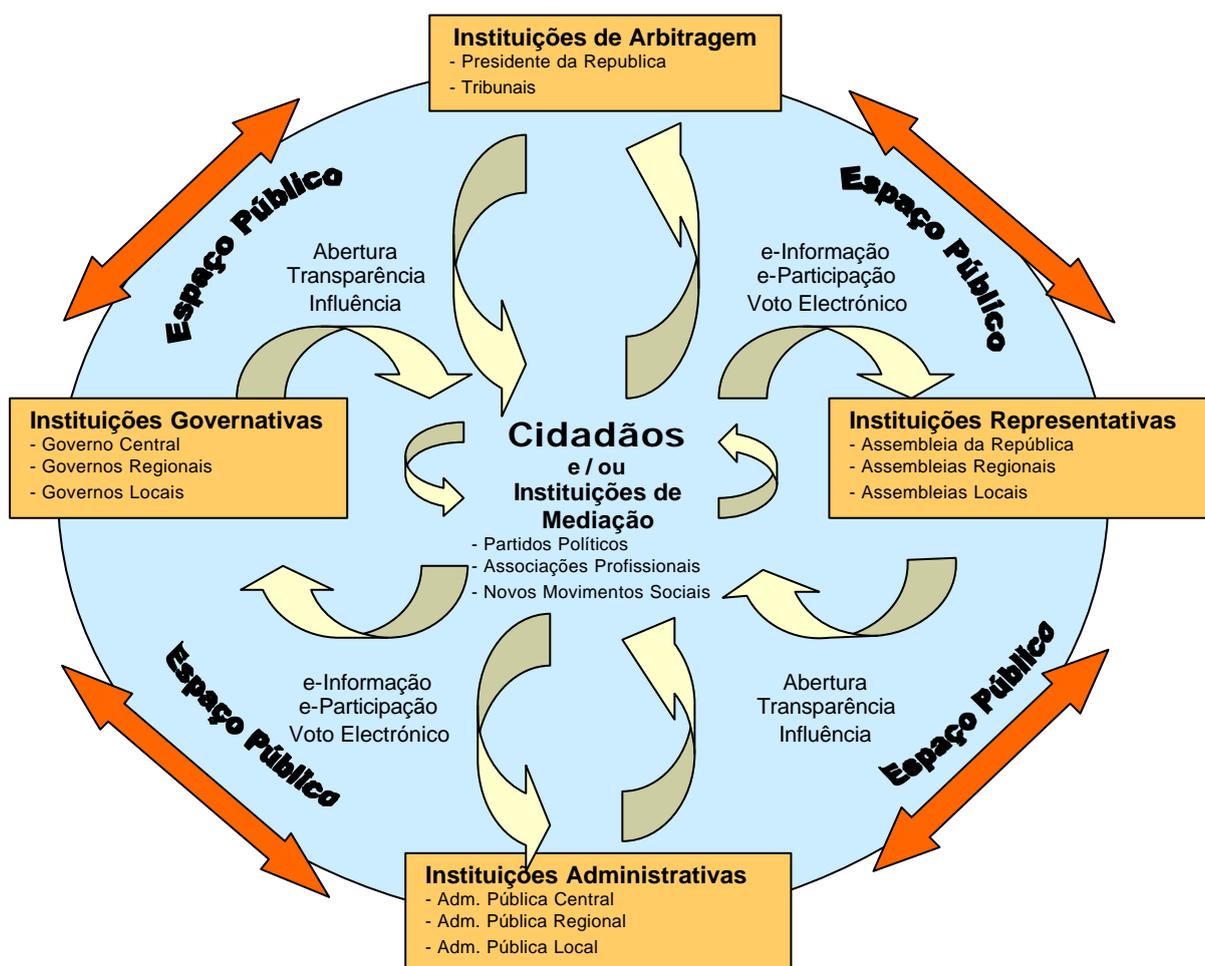
As formas de legitimação da acção governamental neste campo político apoiam-se nos impactos positivos que as TIC poderão engendrar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na dinamização das actividades económicas nacionais ou na promoção da eficiência e eficácia do sector administrativo do Estado. O discurso que sustenta as políticas públicas nestes domínios tende igualmente a reservar um acentuado enfoque nas potencialidades para a melhoria da qualidade da democracia, associadas ao desenvolvimento das TIC.

Por um lado, os efeitos da contracção espaço-temporal associados à difusão da Internet, podendo proporcionar ao cidadão um maior e mais fácil acesso à informação pública, são encarados como importantes mecanismos impulsionadores de revitalização das democracias contemporâneas. As instituições políticas e administrativas adquirem uma oportunidade singular para ampliar a sua transparência perante os cidadãos. Por outro lado, as faculdades de interactividade proporcionadas pela Internet são entendidas como possíveis instrumentos privilegiados de relacionamento entre os cidadãos e as instituições políticas e administrativas, proporcionando condições para um maior envolvimento dos primeiros nos processos de *policy making* e *policy decision*.

A emergência de novas formas de participação política dos cidadãos, a nível nacional, regional ou local, apresenta-se deste modo como uma das dimensões da Sociedade da Informação mais enunciadas e publicitadas pelos actores políticos. A reinvenção da democracia na Sociedade da Informação ancora-se seguramente no desenvolvimento de novos instrumentos tecnológicos ao serviço da participação política dos cidadãos. Mas pressupõe também a criação de condições que garantam que o acesso equitativo a estes instrumentos, de modo a evitar a exclusão da população que ainda não aderiu às novas tecnologias. A democraticidade da Sociedade da Informação (difusão das infra-estruturas que garantem um acesso universal às TIC e disseminação das competências necessárias à sua efectiva utilização) assume-se, deste modo, como requisito da democracia electrónica.

As TIC apresentam-se como possíveis instrumentos de aprofundamento das democracias contemporâneas, como ferramentas potenciadoras de sistemas democráticos mais transparentes e permeáveis ao envolvimento e conseqüente participação dos cidadãos. Os novos mecanismos de participação política proporcionados pelas TIC permitem formas mais estreitas de relacionamento entre os cidadãos e os seus representantes. Através das TIC, os mecanismos-base da democracia representativa podem ser mais facilmente enriquecidos com novas formas de participação directa dos cidadãos nos assuntos públicos. A democracia representativa pode encontrar, no quadro do desenvolvimento da Sociedade da Informação, novas formas de relacionamento com a democracia participativa.

Democracia Electrónica



As TIC potenciam novos instrumentos de abertura e transparência das instituições políticas e administrativas, possibilitando o reforço dos mecanismos de controlo ao dispor dos cidadãos e permitindo o exercício de uma cidadania mais activa. As TIC facilitam igualmente o acesso dos cidadãos à informação e a novos mecanismos de participação, como o voto electrónico, por exemplo, podendo impulsionar um exercício mais activo da cidadania no espaço público das democracias contemporâneas.

No fundo, a disponibilização de novos mecanismos de informação e interacção política, possibilitando trocas mais frequentes de *inputs* e *outputs* entre os actores políticos dos sistemas democráticos, poderá engendrar as condições necessárias ao desenvolvimento e aprofundamento da qualidade das democracias contemporâneas.

Democracia no Portugal da Sociedade da Informação

Em Portugal, o XIII Governo Constitucional inaugurou formalmente os esforços políticos nacionais para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, com o lançamento do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal em 1997.

Logo nas suas primeiras páginas, o Livro Verde enuncia os potenciais benefícios decorrentes da difusão das TIC no relacionamento entre o cidadão e o edifício democrático. Considera-se que estas facilitam o exercício dos direitos fundamentais dos indivíduos, melhorando o acesso destes à informação, abrindo novas portas à participação política e envolvimento democrático.

O desenvolvimento do portal INFOCID acabou por condensar grande parte das políticas no domínio do Governo Electrónico, prevendo-se que disponibilizasse um leque alargado de informação para os cidadãos e as empresas, e abrindo-se a possibilidade de aperfeiçoamento de alguns mecanismos de interactividade a nível da prestação de serviços por parte da Administração Pública.

Reconhecendo a complexidade da temática da democracia electrónica, o Livro Verde previa a avaliação das implicações políticas e sociais do progressivo envolvimento e participação política efectiva dos cidadãos com recurso às TIC.

Em 2000, o XIV Governo Constitucional aprovou a Iniciativa Internet, primeiro plano de acção integrado para a Sociedade da Informação em Portugal. Em claro contraste com o Livro Verde, a Iniciativa Internet adoptou um registo muito mais pragmático, com iniciativas calendarizadas direccionadas a diversos sectores da sociedade. Relativamente à dimensão democrática ou democratizante da Sociedade da Informação, a Iniciativa revela-se parca na enunciação explícita de objectivos no referido domínio.

Na área do governo electrónico, a adesão plena das administrações públicas é assumida, por um lado, como forma de aumentar a eficiência e eficácia do aparelho estatal, abrindo caminho a todos os benefícios que uma plena adesão às TIC poderá proporcionar. Por outro lado, a disponibilização ampla de informação dos organismos públicos *online* é encarada como pilar central para estimular a utilização da Internet pela população.

O XV Governo Constitucional assumiu a reformulação da política portuguesa para a Sociedade da Informação como objectivo estratégico. Em Julho de 2003, o Conselho de Ministros aprovou dois planos de acção – Plano de Acção para a Sociedade da Informação e Plano de Acção para o Governo Electrónico – e três iniciativas sectoriais – Iniciativa Nacional para a Banda Larga, Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e Programa Nacional de Compras Electrónicas.

A nova estratégia portuguesa concede uma relevância significativa à capitalização das TIC para o envolvimento e participação democrática dos cidadãos. O Plano de Acção para o Governo Electrónico sublinha a importância da presença *online* das instituições políticas e administrativas, enquanto instrumento central para aproximar os cidadãos e o Estado. Neste domínio, a criação e desenvolvimento do Portal do Cidadão apresenta-se como projecto-bandeira do plano de acção. O portal tem como objectivo central a criação de um ponto de acesso por excelência dos cidadãos aos serviços públicos, procurando a organização e integração da presença *online* do Estado. Lançado em Março de 2004, o portal disponibiliza já um leque variado de serviços informativos, interactivos e transaccionais, assumindo-se como principal plataforma de governo electrónico em Portugal.

O Plano de Acção para a Sociedade da Informação contempla um capítulo bastante ambicioso no domínio da Democracia Electrónica – Pilar 4: Nova Cidadania – centrando-se objectivamente na participação política dos cidadãos com recurso às TIC. Três dimensões de acção política no âmbito da democracia electrónica são delineadas: participação electrónica; avaliação dos serviços públicos e voto electrónico presencial.

No capítulo da participação electrónica prevê-se, por um lado, a participação transversal dos cidadãos nos processos de elaboração de políticas públicas, através de um portal que lhes permitirá participar em processos de consultas públicas sobre determinadas políticas ou temáticas, obter informação para monitorizar o desenvolvimento de políticas, e participar em fóruns electrónicos sobre temáticas políticas diversas¹. Por outro lado, procurando aumentar os mecanismos de informação e comunicação entre representantes e representados no sistema democrático, prevê-se a criação em 2004 de um registo em linha com todos os *sites* dos representantes eleitos do país a nível europeu, nacional e local.

A segunda dimensão da componente de democracia electrónica constante do Plano de Acção para a Sociedade da Informação diz respeito à avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos ou com recurso a mecanismos internos de monitorização. Neste sentido, prevê-se, por um lado, o lançamento em 2004 de um Serviço Nacional de Reclamações e Sugestões, permitindo aos cidadãos avaliarem a qualidade da prestação dos serviços públicos através da Internet. Por outro lado, e direccionado especificamente para a temática em questão, será promovido em 2004, um processo de avaliação da componente de democracia electrónica nos sites da Administração Pública.

A terceira dimensão presente no Pilar 4: *Nova Cidadania* diz respeito à temática do voto electrónico. Prevê-se a realização de uma experiência piloto de voto electrónico presencial², facultativa e não vinculativa, nas eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 2004. O objectivo último é a generalização do referido método de votação nas Eleições Legislativas de 2006.

A análise dos principais documentos programáticos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal revela que a temática da Democracia Electrónica é recorrente no discurso político nacional. Do Livro Verde (1997) ao Plano de Acção para a Sociedade da Informação (2003), têm sido sublinhadas as vantagens do recurso às TIC no envolvimento e participação dos cidadãos no espaço público. A actual estratégia portuguesa para a Sociedade da Informação

¹ O portal previsto tem por base o modelo do portal europeu “*A sua Voz*” (<http://europa.eu.int/yourvoice>), lançado em Outubro de 2001 no âmbito da Iniciativa *Interactive Policy Making* sob a responsabilidade da Comissão Europeia.

² O voto electrónico presencial baseia-se em máquinas electrónicas que registam as vontades dos eleitores sem recorrer a suporte de papel, sendo consideradas uma versão moderna das já antigas máquinas de alavanca. Normalmente, os votos são armazenados no local de voto, por exemplo em disco rígido, e depois enviados para um local que centraliza os resultados. Este tipo de máquinas varia em tamanho e em tipo de interface (botões mecânicos, teclado, ecrã táctil, etc) (Monteiro et al., 2001: 8).

reforçou decisivamente a aposta nas TIC, enquanto instrumentos potenciadores de um estreitamento relacional entre os cidadãos e os poderes políticos.

Importa, neste contexto, aprofundar o conhecimento sobre os reais impactos das tecnologias da informação e da comunicação no sistema político e social português. As exigências crescentes para a adopção de um novo modelo de *governance* adaptado à emergente Sociedade da Informação e do Conhecimento, tornam necessária uma análise aprofundada sobre a utilização das novas tecnologias enquanto ferramentas privilegiadas para o envolvimento e participação dos cidadãos no edifício democrático português.

Neste sentido, um dossier centrado sobre a temática Democracia Electrónica – Cidadania e Governo na Sociedade da Informação, afigura-se como precioso instrumento para apoiar a decisão política nestes domínios.

Objectivos

Tendo em conta o peso da temática da democracia electrónica no actual modelo de desenvolvimento sócio-económico, a Sociedade da Informação e do Conhecimento, o presente dossier procurará analisar as potencialidades das TIC no e para o exercício da cidadania em Portugal. O objectivo enunciado enquadra-se nas competências da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro [número 2, alínea n)]: *“Estudar formas de aprofundamento da democracia pela utilização das tecnologias de informação”*.

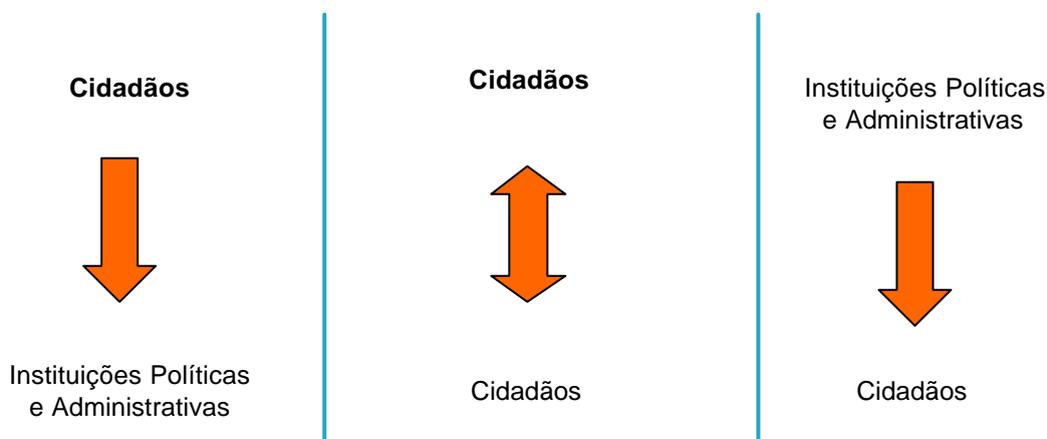
Face à abrangência da temática da democracia, com os seus actores e agentes, com os seus processos e instrumentos, o presente dossier assume os seguintes três objectivos de estudo:

Objectivos de Estudo

1. Avaliar os impactos das TIC no relacionamento dos cidadãos com as instituições políticas e administrativas portuguesas, aferindo as suas percepções e efectiva utilização das plataformas electrónicas disponibilizadas;
2. Analisar os impactos das TIC na criação ou aprofundamento de redes sociais a nível local, regional e nacional;
3. Estudar a forma como as principais instituições políticas e administrativas portuguesas utilizam as TIC, enquanto instrumento privilegiado para a recepção de inputs e emissão de outputs, no quadro do sistema político português;

A definição dos objectivos de estudo do dossier procura responder a três tipos de dimensões de relacionamento entre os actores democráticos:

Relacionamento entre os Actores Democráticos



Enquanto actividade desenvolvida pelo Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento, inserido na Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de Inovação, Sociedade da Informação e Governo Electrónico, o presente dossier apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

Objectivos Estratégicos

1. Informar e orientar a acção política neste domínio – identificação de factores indutores e inibidores; formulação de sugestões;
2. Acompanhar os projectos da UMIC no domínio da Democracia Electrónica, ou outros projectos nos quais a Democracia Electrónica se possa constituir como mais-valia para os mesmos.
3. Desenvolver actividades que reforcem o lugar da Democracia Electrónica na agenda política, académica e mediática.

Problemáticas de Investigação

Tendo em conta a progressiva penetração das tecnologias da informação e da comunicação nas diversas esferas da sociedade portuguesa, com todas as suas potencialidades de informação, comunicação e interacção, torna-se fundamental estudar e analisar os impactos das TIC no exercício da cidadania em Portugal. Neste sentido, importa responder às seguintes questões que se colocam:

- *Estarão as TIC a contribuir para um novo tipo de relacionamento entre os cidadãos e as instituições políticas e administrativas, enriquecendo o exercício da cidadania em Portugal? Qual o papel desempenhado pelas plataformas electrónicas disponibilizadas pelos poderes públicos e pelas associações políticas com funções de mediação entre os cidadãos e os centros de poder?*
 - Qual o perfil dos utilizadores de plataformas *online* das instituições políticas e administrativas?
 - Quais são os principais propósitos da utilização de plataformas *online* das instituições políticas e administrativas (actividade de estudo/investigação, actividade profissional, actividade política, acesso a serviços públicos)?
 - Que tipos de actividades são realizadas pelos utilizadores (pesquisa de informação, *download* de formulários, pedidos de informação)?

- Quais as percepções dos utilizadores quanto à utilidade/qualidade das plataformas *online* das instituições políticas e administrativas? Quais os benefícios que os cidadãos julgam obter em termos de intervenção cívica e política?

- *Quais os efeitos das TIC na criação ou aniquilamento de capital social no contexto português?*
 - Quais os efeitos do correio electrónico, dos *chats*, dos grupos de discussão, dos blogues, ou de outros tipos de comunidades virtuais na criação de novas redes sociais, localizadas ou deslocalizadas, no contexto português?

 - De que forma estas redes sociais se materializam fora do espaço digital?

- *De que modo as TIC têm sido mobilizadas como instrumentos privilegiados para o desenvolvimento das actividades das instituições políticas e administrativas (órgãos de soberania, administrações públicas central, regional e local, partidos políticos, associações profissionais, novos movimentos sociais) no quadro do sistema político português?*
 - Qual a política das diversas instituições relativamente à utilização das TIC, enquanto instrumentos de emissão de *outputs* e recepção de *inputs*?

 - Que tipo de instrumentos TIC são mobilizados pelas instituições no desenvolvimento da sua acção política (informação no site, *newsletters*, grupos de discussão, inquéritos de satisfação, consultas públicas, utilização de teleconferência)?

 - Quais os motivos da abertura ou não-abertura das instituições políticas e administrativas aos novos mecanismos de participação proporcionados pelas TIC?

A procura de respostas às diversas questões colocadas deverá ter como referência os seguintes conceitos:

- *Democracia Electrónica*

Modelo de sistema político democrático onde as tecnologias da informação e da comunicação são utilizadas para desempenhar funções cruciais dos processos democráticos

(informação, comunicação e interacção, articulação e agregação de interesses, processos de deliberação e votação).

- *Espaço Público*

Espaço em que os cidadãos criam valores partilhados que permitem a troca de ideias. Tal processo de interacção social, baseado no debate dos assuntos e acontecimentos relevantes, permite cimentar o sentimento de pertença a uma comunidade política e de representação pelo governo eleito, através da participação de um público atento e politicamente activo.³

- *Cidadania*

Estatuto partilhado pelos indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade política, que se materializa na detenção de um núcleo de direitos e deveres cívicos e políticos fundamentais partilhados por todos.

- *Instituições Políticas e Administrativas*

No âmbito do presente projecto, o conceito de instituições políticas e administrativas refere-se, por um lado, aos órgãos políticos e organismos administrativos (i.e. Governo, Administrações Públicas, Câmaras Municipais, Assembleia da República, Presidência da República) e, por outro lado, a organizações que, devido às suas actividades e objectivos, assumem um papel político significativo nos processos democráticos contemporâneos (i.e. partidos políticos, associações profissionais, novos movimentos sociais).

- *Capital Social*

Num sentido lato, o capital social diz respeito às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e quantidade de interacções sociais numa determinada sociedade. Num sentido restrito, o capital social é encarado como conjunto de associações horizontais entre os indivíduos, consistindo em redes sociais e normas associativas que produzem efeitos na produtividade comunitária e na qualidade de vida.

Fonte: Banco Mundial <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/whatsc.htm>

- *Redes Sociais*

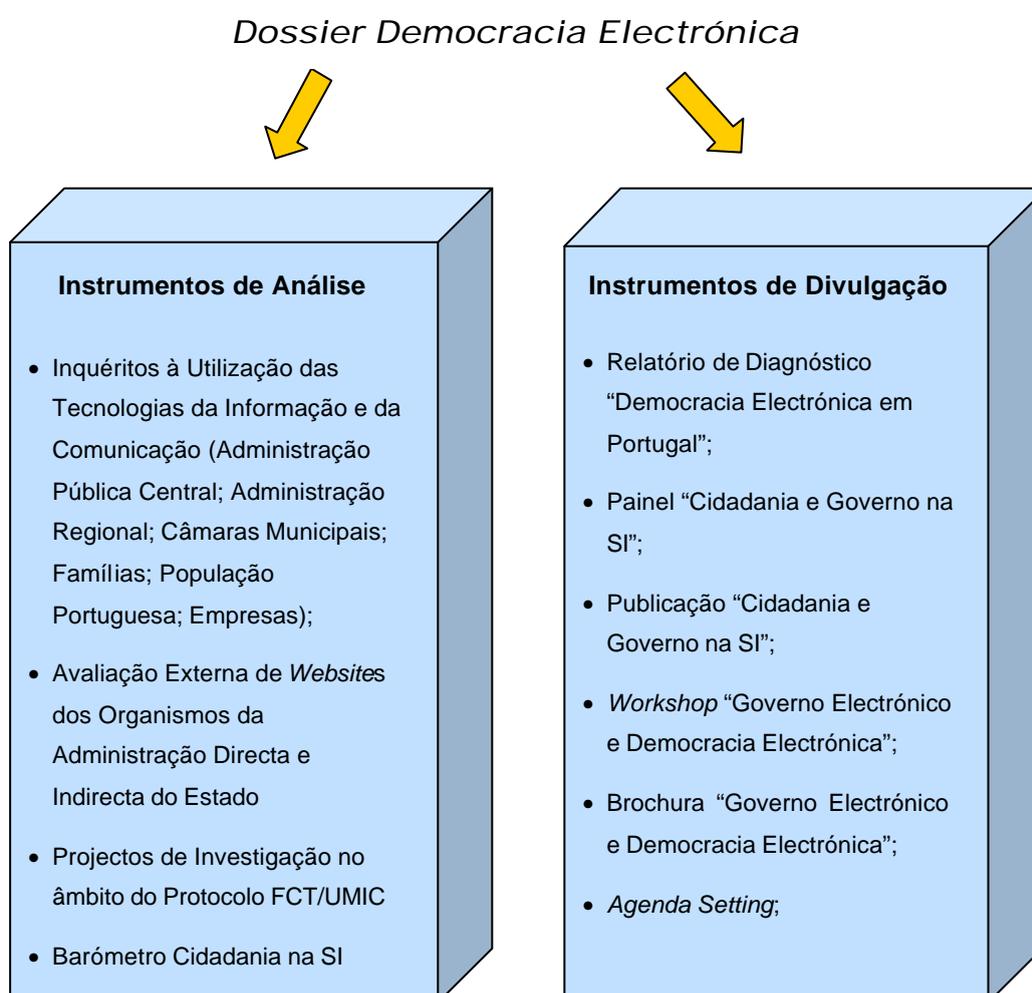
³ Monteiro, Nuno Peres, *Democracia Electrónica*, p.21, <http://home.uchicago.edu/~monteiro/works/democracia-electronica-livro.pdf>

Conjunto de relações sociais entre actores individuais ou colectivos envolvendo diferentes graus de interdependência e confiança mútua. O tipo de relações pode variar consoante os interesses partilhados dos actores (i.e. interesses pessoais, profissionais, comunitários), e a sua força depende do grau de envolvimento dos actores e do nível de recursos disponibilizados em benefício comum.

Metodologia

Dada a dimensão das áreas temáticas a serem estudadas e analisadas, o presente dossier abrangerá uma variedade de instrumentos de análise, que procurarão cobrir as diversas dimensões propostas.

Neste sentido, as actividades do presente dossier subdividem-se em instrumentos de análise e instrumentos de análise e instrumentos de divulgação.



Instrumentos de Análise

1. *Inquéritos à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação*

Mobilização dos actuais indicadores estatísticos presentes nos principais inquéritos inscritos nas actividades do OSIC, e construção de novos indicadores, para identificação de práticas de democracia electrónica:

- *IUTIC Administração Pública Central*
 - Entidades responsáveis: OSIC-UMIC/ Instituto de Informática do Ministério das Finanças
 - Unidade de análise: Organismos da Administração Pública Central
- *IUTIC Administração Pública Regional*
 - Entidades responsáveis: OSIC-UMIC/ Instituto de Informática do Ministério das Finanças
 - Unidade de análise: Instituições da Administração Pública das regiões autónomas
- *IUTIC Câmaras Municipais*
 - Entidade responsável: OSIC-UMIC
 - Unidade de análise: Câmaras Municipais
- *IUTIC Famílias*
 - Entidade responsável: Instituto Nacional de Estatística/ OSIC-UMIC
 - Unidade de análise: Agregados familiares
- *IUTIC População*
 - Entidade responsável: OSIC-UMIC
 - Unidade de análise: Indivíduos
- *IUTIC Empresas*
 - Entidade responsável: Instituto Nacional de Estatística/ OSIC-UMIC
 - Unidade de análise: Empresas portuguesas com dez ou mais trabalhadores

Dotados de uma regularidade anual, os diversos inquéritos à utilização das tecnologias da informação e da comunicação assumem-se como instrumentos privilegiados para a análise da realidade portuguesa no domínio da democracia electrónica. No quadro do presente dossier, serão utilizadas as edições de 2004 e 2005 dos IUTICs. Procurar-se-á, por um lado, mobilizar um conjunto de indicadores relevantes já presentes nos inquéritos e, por outro lado, definir e inserir novos indicadores que possam constituir-se como mais valias na análise da realidade portuguesa em termos de democracia electrónica.

2. Avaliação Externa de Websites dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2001 instituiu mecanismos de avaliação regular dos *Websites* da Administração Pública, enquanto forma privilegiada de aferir a qualidade da presença *online* dos serviços públicos. A realização da referida avaliação insere-se agora no quadro de competências da UMIC.

No âmbito do presente dossier, procurar-se-á mobilizar o referido instrumento com o objectivo de analisar a presença *online* da Administração Pública central, tendo por base critérios relevantes para avaliar o papel das TIC na aproximação do Estado aos cidadãos.

Com base nos indicadores de avaliação já definidos e noutros que poderão vir a assumir pertinência no presente quadro, será criado um índice de abertura democrática da presença *online* dos organismos da Administração Pública. Serão mobilizados, neste sentido, conjuntos de indicadores que procurarão aferir as potencialidades de informação, de comunicação e de participação efectiva dos cidadãos disponibilizadas nos sítios da Administração Pública central.

A presente acção cumprirá, deste modo, o objectivo de introdução de componente de democracia electrónica na Avaliação dos Websites da Administração Pública, inscrito no Plano de Acção para a Sociedade da Informação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2003, de 12 de Agosto de 2003).

Por fim, procurando-se a promoção de mecanismos de democracia electrónica nos diversos *websites* da administração pública, proceder-se-á à publicação de uma brochura temática sobre Governo Electrónico e Democracia Electrónica. A brochura apresentará, por um lado, os principais resultados da Avaliação dos *Websites* dos Organismos da Administração

Directa e Indirecta do Estado (Edição 2005) na vertente de democracia electrónica. Por outro lado, dedicará um capítulo a recomendações e boas práticas na construção ou aperfeiçoamento de *websites* de organismos da administração directa e indirecta do Estado.

3. *Projectos de Investigação no âmbito do Protocolo FCT/UMIC*

O protocolo celebrado entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a UMIC convidou a comunidade científica nacional a apresentar projectos de investigação orientados para os domínios da Sociedade da Informação. Foi definido um conjunto de temáticas a serem consideradas para apresentação de candidaturas.

O presente dossier mobilizará os projectos de investigação que se enquadrem na área “Cidadania na Sociedade da Informação”, nomeadamente:

- *Cidadãos, Instituições e Novas Tecnologias*

As TIC têm potenciado novos canais de comunicação e formas de relacionamento entre os diferentes actores do sistema democrático. O presente tema visa avaliar, por um lado, as percepções e a efectiva utilização pelos cidadãos dos recursos disponibilizados *online* pelas instituições políticas (e.g. órgãos de soberania, partidos políticos, novos movimentos sociais). Por outro lado, tem por objectivo estudar o tipo de utilização das TIC efectuado pelas instituições políticas, enquanto instrumento privilegiado para receber *inputs* e emitir *outputs* no quadro do sistema político português.

- *Redes Sociais na Era da Informação*

Qual o papel das TIC enquanto instrumentos de comunicação potenciadores da criação ou aprofundamento de redes sociais e de novas formas de organização ou associativismo no espaço público local, regional ou nacional? O tema tem por objectivo avaliar os impactos da utilização das TIC, nomeadamente a Internet, na criação ou enfraquecimento de capital social na realidade portuguesa.

Os relatórios finais resultantes dos projectos de investigação inseridos nas referidas temáticas serão divulgados e publicados, em suporte digital e suporte de papel, constituindo-se como documentos de referência do presente dossier.

4. *Barómetro Cidadania na SI*

No quadro de um protocolo a celebrar entre a UMIC e uma empresa de estudos de mercado ou unidade de investigação, será criado um inquérito à utilização das plataformas *online* de instituições políticas e administrativas pela população portuguesa. O inquérito pretende constituir-se como instrumento central para aferir o verdadeiro alcance e impactos da presença *online* dos poderes públicos, dos partidos políticos, das associações profissionais e dos novos movimentos sociais.

Dado o papel das TIC enquanto instrumentos potenciadores da participação política democrática, procurar-se-á analisar as percepções e efectiva utilização pelos cidadãos dos recursos *online* disponibilizados pelas instituições, tendo em conta, nomeadamente, as seguintes dimensões:

- *Aspectos Transversais*
 - perfil dos utilizadores;
 - frequência de utilização de plataformas de participação democrática
 - propósitos da utilização (actividades de estudo/investigação, actividade profissional, actividade política, acesso a serviços públicas);
 - percepções quanto à utilidade/qualidade dos websites;
- *Instituições de Arbitragem / Governativas / Representativas / Administrativas*
 - áreas governamentais mais acedidas;
 - actividades realizadas (pesquisa de informação, download de formulários, pedidos de informação);
 - percepções quanto aos benefícios no relacionamento com os poderes públicos;
- *Partidos Políticos / Ass. Profissionais / Novos Movimentos Sociais*
 - intensidade entre a relação de militância /associativismo e a consulta dos *websites*
 - nível de mobilização de recursos *online para desempenho de actividades políticas*

- percepções quanto aos benefícios em termos de esclarecimento e envolvimento cívico e político

A recolha de informação será feita por via telefónica, com base numa amostra representativa, mas não exaustiva, de todo o território nacional.

A definição dos indicadores a serem mobilizados deverá ter em conta os principais projectos da UMIC neste domínio, nomeadamente o Portal do Cidadão, procurando-se o envolvimento dos seus colaboradores.

Instrumentos de Divulgação

1. Relatório de Diagnóstico

Produção de um relatório de diagnóstico sobre Democracia Electrónica em Portugal. O documento terá como objectivo central a divulgação coerente do trabalho de análise realizado, procurando sintetizar as principais conclusões a serem retiradas.

2. Conferência

Até ao final do 1º semestre de 2005, terá lugar a primeira fase da apresentação pública dos trabalhos do Dossier, assumindo a forma de painel na 1ª **Conferência** do Observatório da Sociedade da informação e do Conhecimento.

- apresentação do Relatório de Diagnóstico sobre a Democracia Electrónica;
- apresentação de trabalhos académicos/científicos versando a área da democracia electrónica;
- apresentação de comunicações por parte de instituições públicas relevantes para a temática em questão

3. *Workshop*

A segunda fase da apresentação pública dos resultados terá lugar num **workshop** a realizar em 2006. O *workshop* terá um carácter técnico, visando a elaboração de um conjunto de conclusões e recomendações sobre a temática do Governo Electrónico e Democracia Electrónica em Portugal.

- Apresentação e discussão dos resultados das edições de 2005 dos diversos IUTICs;
- Apresentação e discussão dos resultados da Avaliação Externa de Websites dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado – Edição de 2005;
- Apresentação e discussão dos resultados do inquérito à utilização das plataformas online das instituições políticas e administrativas pela população portuguesa [Barómetro Cidadania na SI - 2005)].

4. *Publicações*

Os principais resultados obtidos com o presente dossier serão divulgados, em formato electrónico e de papel, sendo subdivididos em duas publicações:

- *Publicação "Cidadania e Governo na Sociedade da Informação"*

O documento incluirá:

- Relatório de Diagnóstico sobre Democracia Electrónica em Portugal;
- Relatórios finais dos trabalhos de investigação sobre "Cidadania e Governo na SI", realizados no âmbito do protocolo celebrado entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o OSIC.

- *Brochura "Governo Electrónico e Democracia Electrónica"*

Edição de uma brochura que terá como principal objectivo a promoção de mecanismos de democracia electrónica na construção ou aperfeiçoamento de *websites* de organismos da Administração Pública. A publicação terá dois componentes:

- principais resultados da Avaliação dos *Websites* dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado (Edição 2005) na vertente de democracia electrónica;
- recomendações e boas práticas na construção ou aperfeiçoamento de *websites* de organismos da Administração Pública.

5. Agenda Setting

A presente acção terá como objectivo central a marcação da agenda política, académica e mediática nos domínios da Democracia Electrónica, recorrendo aos instrumentos de comunicação do OSIC (*website*, *newletters*, rede de contactos na comunicação social, etc).

Neste sentido, a agenda será marcada através das seguintes acções:

- divulgação de boas práticas nacionais e internacionais,
- divulgação e publicitação progressiva dos resultados dos IUTICs relevantes para o presente dossier.
- divulgação e publicitação progressiva dos resultados das operações de Avaliação Externa de *Websites* dos Organismos da Administração Directa e Indirecta do Estado;
- acompanhamento das medidas de política relevantes para o presente dossier, nomeadamente os projectos da UMIC inscritos no Plano de Acção para a Sociedade da Informação – 4.º Pilar: Nova Cidadania;
- publicitação de estudos académicos/científicos, nacionais e internacionais, relevantes para a temática.

Referências Bibliográficas

- AAVV, *Os Cidadãos e a Sociedade da Informação*, INCM, 2000;
- Barber, B, *Strong Democracy: Participation Democracy Politics for a New Age*, University of California Press, Berkeley, 1997;
- Bell, Daniel, *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Nova Iorque, Basic Books, 1973
- Budge, Ian, *The New Challenge of Direct Democracy*, Polity Press, Cambridge, 1996;
- Cardoso, Gustavo, "As causas das questões ou o Estado à beira da Sociedade de Informação", *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 30, Lisboa, 1999
- Cardoso, Gustavo, J. M. Paquete de Oliveira e J.J. Barreiros, *La internet como instrumento para la participación ciudadana*, in Vidal Beneyto, J., *La Ventana Global: Ciberespacio, Esfera Pública Mundial y Universo Mediático*, Madrid, Taurus, Colección Pensamiento.
- Carneiro, Roberto, *A Changing Canon of Government: From a Custody to Service Government of the Future: Getting from Here to There*, Puma/OCDE, 1999
- Castells, Manuel, "The Information Age: Economy, Society and Culture" Oxford, Blackwell Publishers, 1998;
- Dahl, Robert, *Democracy and its Critics*, Yale University Press, New Haven e Londres, 1989;
- Dahl, Robert, *On Democracy*, Yale University Press, New Haven and London, 1998;
- Dalton, Russel J. (1993), *New Social Movements*, in Krieger, Joel (ed), *The Oxford Companion to Politics of the World*, Oxford, Oxford University Press, 1993;
- Dijk, Jan Van, *The network society*, Nova Iorque, Sage Publications, 1999
- Dutton, William (Ed.), "Information and communication technologies – visions and realities", Oxford University Press, 1996;
- Feater, John, *The information society: a study of continuity and change*, London, Library Association Publishing, 1999;
- German, Christiano, *On-line Off-line: Internet e a democracia na sociedade de informação*, *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 32, Lisboa, 2000;
- Grossman, L. K., *The Electronic Republic: Reshaping Democracy in the Information Age*, Viking, Nova Iorque, 1995;
- Habermas, Jürgen *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge: MIT Press, 1989;
- Hagen, Martin (1997), *A Typology of Electronic Democracy*, http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm
- Hague, Barry, e Brian Loader (ed), *Digital Democracy*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1999;
- Horrigan, John B. et al, *Online Communities: Networks that nurture long-distance relationships and local ties*, Pew Internet & American Life Project, 2001, http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Communities_Report.pdf
- Joaquim, Rui et al, *Internet Voting: Improving resistance to malicious servers in REVS*, 2003, <http://www.gsd.inesc.pt/~rjoaquim/publicacoes/revs-journal.PDF>
- Larsen, Elena e Lee Rainie, *The Rise of the eCitizen: How People use Government Web Sites*, Pew Internet & American Life Project, 2002, http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Govt_Website_Rpt.pdf
- Lenhart, Amanda et al, *The Ever-shifting Internet Population: A new look at Internet access and the Digital Divide*, Pew Internet & American Life Project, 2002, http://www.pewinternet.org/reports/pdfs/PIP_Shifting_Net_Pop_Report.pdf

- Loader, Brian (ed), *The Governnance of Cyberspace: Politics, Technology and Global Restructuring*, Routledge, 1997;
- Loader, Brian (Ed.), *Equality, agency and policy in the information society*, Londres, Routledge, 1998;
- Mayer, I, *Debating Technologies: A Methodological Contribution to the Design and Evaluation of Participatory Policy Analysis*, Tilburg University Press, Tilburg, 1997;
- Montargil, Filipe (1999), *Democracia electrónica e participação pública em Portugal: uma análise exploratória*, Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE
- Monteiro, Américo *et al*, *Sistemas Electrónicos de Votação*, 2001, <http://www.di.fc.ul.pt/biblioteca/tech-reports>
- Monteiro, Nuno Peres, (1999) *Democracia Electrónica*, <http://home.uchicago.edu/~monteiro/works/democracia-electronica-livro.pdf> ;
- Norris, Pippa, *Democratic Divide? The Impact of the Internet on Parliaments World Wide*, 2000, <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/acrobat/apsa2000demdiv.pdf>
- Norris, Pippa, *Deepening Democracy via E-Governance*, 2003, <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/ACROBAT/e-governance.pdf>
- Norris, Pippa, *Digital Parties: Civic Engagement & Online Democracy*, 2001 <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris.shorenstein.ksg/acrobat/ECPR2001.pdf>
- Perelman, Michael, *Class Warfare in the Information Age*, St. Martin Press, 1998;
- Pinto, Rui Rocha *et al*, *Estudo dos Requisitos para um Sistema de Votação Electrónica*, 2004, <http://www.di.fc.ul.pt/biblioteca/tech-reports>
- Putnam, Robert, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton University Press, Princeton, 1993;
- Putnam, Robert, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Simon & Schuster, Nova Iorque, 2000;
- Salvaggio, Jerry (ed.), *The Information Society, Economic, Social and Structural Issues*, New Jersey, LEA, 1989;
- Schiller, *Information Inequality: The Deepening Social Crisis in America*, Routledge, Nova Iorque, 1995;
- Webster, Frank, *Theories of the Information Society*, Londres, Routledge